

NOTÍCIAS E RECENSÕES

COLÓQUIO INTERNACIONAL A RECEPÇÃO DA REVOLUÇÃO FRANCESA EM PORTUGAL E NO BRASIL

Realizou-se nos dias 9, 10, e 11 de Novembro próximo passado um Colóquio Internacional sobre a Revolução Francesa. Organizou-o a Faculdade de Letras, com o patrocínio da Reitoria, através dos seus departamentos de Língua e Literatura Francesa e de História Moderna e Contemporânea, tendo tido lugar as sessões de trabalho no Círculo Universitário do Porto, na Faculdade e também na Câmara Municipal de Matosinhos.

Os objectivos fundamentais que a Comissão Organizadora teve em vista eram proceder a um levantamento das reacções estéticas e ideológicas nas literaturas-culturas portuguesa e brasileira, tentando determinar as influências que a Revolução de 1789 exerceu em ambos os países.

Outra vertente do Colóquio foi enquadrar a problemática dos ecos que a Revolução provocou, a curto e a médio prazo, na sociedade portuguesa de um e outro lado do Atlântico, tais como alterações político-institucionais, económicas, sociais, ético-morais e outras.

Os trabalhos decorreram de acordo com a programação prevista: além de investigadores nacionais das várias áreas e de diversas instituições, estiveram também presentes especialistas de renome da França, Espanha, Brasil e Canadá.

O Colóquio proporcionou, como aliás a Comissão desejava, uma troca de pontos de vista tanto metodológicos como científicos entre os Universitários presentes. Acorreu, por outro lado, um público interessado, interveniente e atento às discussões que tiveram lugar ao longo dos vários dias.

Dentro do que estava programado as Comunicações alargaram-se a áreas muito amplas, interdisciplinares, proporcionando o ensejo para achegas e abordagens de confluência.

No último dia teve lugar uma Mesa-Redonda, cuidadosamente preparada, na qual a interdisciplinaridade se manifestou ao mais alto nível. Com efeito as perspectivas de alguns investigadores das Literaturas e da História da Cultura cruzaram-se, frequentemente, com outras que foram sugeridas, sobretudo, pelos historiadores.

Esta sessão animada por um vivo debate permitiu distinguir, muito claramente, uma perspectiva, mais ou menos generalizada, partilhada pela maioria dos investigadores europeus quanto às implicações culturais das grandes mudanças dos finais de Setecentos. Em aspectos muito concretos ela chocou-se, por vezes, com posições assumidas por alguns participantes vindos da América do Sul, onde foram particularmente sentidos os ecos da chamada «Revolução Atlântica», designadamente ao nível das elites.

No domínio de Cultura Portuguesa foi mais uma vez saliente o conhecimento íntimo das matrizes francesas e a sua relação com a evolução dos acontecimentos nacionais. A imprensa periódica, livros, manuscritos e outros meios informativos veiculam regularmente as ideias afrancesadas. Os quadros intelectuais e militares garantiam o imediato eco que a Grande Revolução teve entre nós.

Apesar de se terem aprofundado alguns aspectos da magna problemática que a Revolução Francesa, o Iluminismo e a Enciclopédia geraram no espaço luso-brasileiro, ficou patente que em vários domínios há ainda um grande campo de investigação aberto.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

A. Ferreira de Brito
L. A. de Oliveira Ramos
Eugénio dos Santos
M. de Fátima Outeirinho
M. José Moutinho Santos

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA

Mouzinho da Silveira, OBRAS, 2 vols., I — Estudos e Manuscritos, II — Manuscritos e Impressos, 1780-1849. Edição crítica coordenada por Miriam Halpern Pereira, com estudos da coordenadora, de Magda Pinheiro e Valentim Alexandre, Série de Cultura Portuguesa das Edições da Fundação Calouste Gulbenkian, 2.035 págs., Lisboa, 1989.

Não finalizaria a década de oitenta sem que, no penúltimo mês, as Edições de Cultura Portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian apresentassem a público estes impressos e manuscritos de Mouzinho da Silveira, referidos e anunciados desde a segunda metade da década anterior. Passaram-se mais de uma dúzia de anos para que a aspiração se concretizasse. Empreendimento ousado, só o espírito tenaz de uma mulher douta, como é Miriam Halpern Pereira, seria capaz de tornar realidade, com o apoio empenhado daquela meritosa Fundação.

Obras? Escritos? Enfim, trata-se da produção do que de mais válido se deve ao pensamento e à pena de Mouzinho da Silveira, um homem fulcral no movimento emergente do liberalismo em Portugal. Figura central pela projecção que lhe emprestaram *post-mortem* Herculano e Garrett, quanto ao significado revolucionário da sua legislação de 1832; polémica, todavia, pela reduzida efectividade da sua aplicação e pela muita contestação que enfrentou. Sabe-se que não foram tanto aqueles seus decretos, produzidos antes do Cerco do Porto, os que verdadeiramente minaram (senão teoricamente) as bases materiais em que assentava o poder do Antigo Regime em Portugal, mas sim a legislação revolucionária posterior à libertação de Lisboa e anterior à ordem constitucional do liberalismo, a saber, essencialmente: a lei das indemnizações de Agostinho José Freire (31 de Agosto de 1833), a supressão das ordens religiosas, cerca de dois terços do território, por Joaquim António de Aguiar (28 de Maio de 1834), e a venda dos bens nacionais decretada por Silva Carvalho (4 de Junho de 1834). Quando as Cortes liberais abriram, a 15 de Agosto, já as indemnizações e nacionalizações tinham produzido o seu efeito de transferência de grande massa de bens territoriais e imobiliários dos antigos senhores para o novo mercado capitalista.

Portanto não é para estranhar que nestes dois espessos volumes não se encontrem os decretos de 1832 assinados por Mouzinho enquanto ministro da Fazenda. São textos conhecidos e repetidamente incluídos na legislação compendiada daquele período. Por outro lado, sabe-se quão problemática é a atribuição ao Mouzinho-ministro a originalidade das suas principais peças legislativas. Uma foram decalcadas do administrativista francês Bonnin (v. João Tello de Magalhães, Boletim da F. Direito da U. Coimbra, 1920-1921); outras, gaba-se Garrett de as ter ele próprio elaborado; e sabe-se ainda que

Bartolomeu Dias de Sousa foi o encarregado de elaborar a reforma da justiça que o ministro assinou.

Nestes volumes reúne-se, sim, matéria inédita ou geralmente inacessível que, pelo seu conjunto, permite apreender a «estrutura unitária» do pensamento de Mouzinho da Silveira, além de fornecer abundantes elementos biográficos, outros relativos à época e ainda os que se prendem com a actividade parlamentar daquele homem público (1826-1828, 1834-1835 e 1838).

Trata-se, na realidade, da exumação dos arquivos (Tribunal da Boa Hora) de um substancial acervo de documentação inédita, em grande parte organizada pelo próprio Mouzinho nos últimos anos da sua existência. Será por muito tempo um vasto material de referência obrigatória para assentar os fundamentos de futuros estudos sobre o início da Época Contemporânea portuguesa, mais exactamente do período de viragem que Garrett classificou lapidariamente como sendo aquele onde o velho Portugal acaba e começa o novo.

Além de pormenorizados estudos sobre o Estado e a sociedade (Miriam Halpern Pereira), as relações económicas externas (Valentim Alexandre) e as Finanças Públicas (Magda Pinheiro), nestes volumes encontram-se documentos biográficos, sobre administração do Antigo Regime, e fragmentos de um estudo sobre Portugal, todos eles compilados por Mouzinho da Silveira; correspondência familiar, intervenções parlamentares (recolha de Ana Maria Faria), impressos vários, etc.. Salienta-se nos apontamentos e nas intervenções do autor a sua preocupação em imprimir uma ordenação racional aos serviços alfandegários, finanças públicas, etc., assim como de orientar as bases dos primeiros orçamentos do Estado (1826, 1827), e de promover a partilha na venda dos bens nacionais. O municipalismo, os abusos da liberdade de imprensa, o comércio externo, a importação de cereais, a exportação de sal em navios estrangeiros, a revisão do tratado luso-britânico (de 1810), a dívida flutuante, as obras públicas e outros são alguns dos muitos temas que mereceram a reflexão de Mouzinho da Silveira e que hoje, mercê desta publicação, se encontram acessíveis ao público.

Quanto à ordenação da matéria, esta apresenta-se agrupada por grandes temas, cuja apresentação é atribuída a cada um dos responsáveis pela recolha: Miriam Halpern Pereira, Magda Pinheiro, Valentim Alexandre.

Embora em cada uma dessas divisões a apresentação dos textos obedeça a uma ordenação cronológica, surpreendem-se hiatos (p. ex. entre 1828 e 1834) que podiam ser explicados por breves notas dos editores lembrando os graves acontecimentos históricos entretanto ocorridos e que justificam os longos silêncios do autor. A explicação está nos textos dos apresentadores, mas seria útil uma chamada de atenção na leitura desprevenida das reflexões de Mouzinho. Como teria sido útil também uma revisão da composição tipográfica que evitasse a omissão de algumas notas (p. ex., as números 18, 19 e 20), falhas que são de lamentar embora sempre possam ocorrer em trabalhos desta envergadura.

É justo finalmente sublinhar que esta recolha de um arquivo individual assim denso e de tão variada matéria não se empreendia em Portugal desde finais do século passado, quando a Imprensa Nacional publicou os Apontamentos de José da Silva Carvalho, «Documentos para a história contemporânea», 3 vols., 1891-1894, sob a coordenação de António Viana. Obras desta natureza estão à espera ainda de quem lhes elabore índices temáticos, onomásticos, topográficos e outros que facilitem a sua consulta e permitam desocultar as matérias difusas que escapam à planificação dos índices.

Victor de Sá

RECENSÕES CRÍTICAS

FRÉDÉRIC MAURO, *La Vie Quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo (1831-1889)*, Paris, Hachette, 1980, 316 p.

Autor conhecido e estimado em Portugal, embora nenhuma das suas obras tenha sido ainda aqui traduzida, o professor Frédéric Mauro assina um (*La Vie Quotidienne au Brésil au temps de Pedro II, 1831-1889*, Paris, 1980) dos 130 volumes da célebre colecção «Vie Quotidienne» lançados sobre as mais diferentes épocas pela *Hachette Littéraire*.

Há mais de vinte anos que Frédéric Mauro disfruta do justo crédito de especialista em questões de história e civilização do Brasil. À sua tese clássica *Le Portugal et l'Atlantique au XVI^e siècle*, outros trabalhos se têm juntado a confirmar e alargar a sua reputação. Sobressaiem entre eles *Le Brésil au XVII^e siècle* (Coimbre, 1963), *Nova História e Novo Mundo* (São Paulo, 1969), *Histoire du Brésil* (Paris, 1973), *Le Brésil du XV^e à la fin du XVIII^e siècle* (Paris, 1977), *L'Amérique espagnole et portugaise de 1920 à nos jours* (Paris, 1975). A sua Universidade galardoou o carácter inovador e científico da sua persistente investigação criando para ele, professor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris — Nanterre, o primeiro curso de história da América Latina, que vem sendo regida desde 1968. Além do tratamento científico das fontes documentais, o A. deste volume sobre o Brasil está habilitado também com o conhecimento directo do espaço geográfico, social e cultural do Brasil: lá tem vivido diversas vezes como professor visitante da Universidade de São Paulo e outras.

Estamos assim em presença de um trabalho do historiador especializado na matéria, o que lhe dá segurança no tratamento do tema. Mas, se bem que especialista, Frédéric Mauro não dá aparato erudito à obra de que aqui nos ocupamos. Pelo contrário, ao percorrermos as três centenas de páginas deste volume, fazêmo-lo como se de um livro de viagens se tratasse («Après avoir vécu quelques semaines dans le mond du café, il est temps pour le voyageur de visiter»..., p. 123), sem que a variedade e o pitoresco das descrições oblitere a precisão de um moderno investigador de história. As qualidades didácticas do professor e as do investigador científico aparecem aqui espelhadas, quer no rigor e na segurança das fontes de que se socorre, quer na clareza expositiva e na imaginação criadora que preside à arquitectura da obra. Daí o encanto da sua leitura.

Ao colherem-se assim informações de um país conhecido mas que é outro, outro no tempo (século XIX) e diferente na paisagem tanto geográfica como humana, o leitor desprevenido pode interrogar-se até sobre se se trata de obra de historiador ou de sociólogo, de etnógrafo ou de antropólogo. É certo que a realidade exuberante do Brasil já em 1500 inspirou a Pedro Vaz de Caminha uma idêntica atitude mental na captação e transmissão, na sua célebre carta ao rei Manuel I, das impressões que a nova terra, o novo mundo então descoberto, produziram no seu espírito. Modernamente, foi ainda essa exuberante realidade o tema das investigações de um Gilberto Freyre e outros. Mas o que ressalta na obra de Frédéric Mauro, quanto a nós, resulta essencialmente da aplicação do método interdisciplinar que caracteriza a historiografia científica contemporânea. Ao citar memórias que dão o Rio de Janeiro como uma cidade insalubre, ao descrever a vida religiosa, o mundo dos negócios, as festividades públicas e as festas privadas, a casa do fazendeiro e as sanzalas, os hábitos familiares e sociais, o encontro de um jovem intelectual francês (Alexandre Brethel) com os Índios no vale do Parangola (província de Minas), a observação dos trabalhos da fazenda e o tratamento dos escravos; ao falar dos estudantes das primeiras escolas superiores do Brasil, da evolução dos costumes, do regime patriarcal, da influência europeia, da vida mundana e do posicionamento das mulheres na sociedade brasileira, o A. revela toda a força criadora do historiador: capacidade de reconstituir uma sociedade (neste caso, esclavagista e de reminiscências coloniais) que já não é a actual, onde porém encontramos muitas das raízes da sociedade brasileira contemporânea.

A reviviscência do passado resulta nesta obra da aplicação exemplar que Frédéric Mauro faz do método interdisciplinar. Todas as disciplinas do conhecimento humano devem ser usadas pelo historiador quando sejam susceptíveis de contribuir para a mais perfeita compreensão do passado. É isso o que aqui se verifica.

O tema deste volume abrange um período histórico delimitado, meados do século XIX. Mas o historiador ali está na perspectiva global da evolução brasileira depois da descoberta. O que fez a riqueza primitiva do Brasil foi a produção da cana de açúcar desde o século XVI, pelo que a capital se situou nessa região (Salvador) até 1763. Motivo de cobiça por parte dos Holandeses (1630-1654), a produção da cana entrou em declínio no final do século XVII pela concorrência das Antilhas inglesas; mas a descoberta do ouro nas Minas salvou a sua economia, e a velha civilização dos engenhos de açúcar subsistiu ainda durante o século XIX. A obra dá-nos a mudança operada entre a abdicação do primeiro Imperador, o nosso Pedro IV (I do Brasil) até à queda do Império, com a proclamação da República em 1889.

Importa aqui observar um reparo de historiador português. Afigura-se simplista a afirmação de que Pedro I abdica em 1831 «pour rentrer au Portugal» (pp. 11 e 213). Na realidade, impõe-se precisar, a abdicação forçada e saída do Brasil verificou-se em Abril de 1831, mas a entrada em Portugal só teve lugar em Julho de 1832. Salvo todo o respeito devido à sua memória, o ex-imperador saú do Brasil como um príncipe lançado no desemprego. Foi o seu estado de disponibilidade reinante, ele que já em 1826 também abdicara da coroa portuguesa de que era herdeiro, que o predispôs a congrassar à sua volta, não sem contestação, os liberais portugueses emigrados em França e na Inglaterra desde a restauração absolutista em Portugal (1828). Só um ano após o seu regresso à Europa (não a Portugal) é que comandou a expedição militar que conduziria à Guerra Civil com desfecho favorável ao triunfo definitivo (1834) do liberalismo na sua pátria de nascimento.

Centrado especialmente no período de desenvolvimento da cultura do café assente no trabalho escravo, o livro de Frédéric Mauro correlaciona a abolição definitiva da escravatura (1888) com a queda do Império. Sob Pedro II assiste-se na realidade à decadência da escravatura (ainda 62% de negros africanos importados em

1840-1849, só 35% em 1880-1889), ao início da imigração portuguesa (1851-1853) e à introdução dos caminhos de ferro (desde 1854). Mas se nos encantamos com as páginas que o A. dedica à personalidade do soberano esclarecido utilizando o «poder moderador» como aparência de estabilidade política favorável ao estabelecimento das bases artísticas e científicas do Brasil (que haviam de facilitar a passagem da sociedade romântica do Império para a sociedade burguesa da República), ficamos pelo contrário decepcionados com o silêncio ou ausência nessas páginas dos ecos das tensões sociais que no mesmo período se verificaram. É o caso, nomeadamente, da Revolução Praieira (Novembro de 1848) e das novas correntes ideológicas («fermento socialista», como lhe chamou Joaquim Nabuco) que continha no seu bojo. Além do professor Amaro Quintas (*O Sentido Social da Revolução Praieira*, 1967, 5.ª edição em 1977), outro autor brasileiro, Vamireh Chacon (História das Ideias Socialistas no Brasil, 1965) tem posto o acento nas questões sociais desse período em que predominava, na agricultura, o latifúndio dos «senhores do engenho», e no comércio o monopólio dos portugueses. A abolição do «poder moderador» foi mesmo exigida num Manifesto (1 de Janeiro de 1849), ao mesmo tempo que se preconizava a constituição de uma Frente Única dos orpimidos contra os opressores (Inácio Bento de Loyola). E não se diga que a questão se circunscrevia à região nordestina do Brasil, ou que Pedro II conseguira atenuar as tensões tão sabiamente que a opinião pública ficara indiferente perante elas. Quando em 1871-1872 o Imperador Pedro II viajou pela Europa e passou por Portugal depois de ter percorrido a França, a Itália, a Inglaterra e a Alemanha, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós aproveitaram a circunstância para lembrarem nas *Farpas*: «No Brasil a constituição feudal da propriedade entregou metade do país aos senhores de escravos. Estes poderosos fazendeiros, cujos domínios vastíssimos são indecisamente limitados pelos rios, pelas florestas ou pelas montanhas, predominam fatalmente na administração e na política, e governam em seu próprio interesse os destinos do grande e fertilíssimo país brasileiro».

Assim, a ausência das tensões sociais neste livro dedicado à época de Pedro II reflecte-se no último capítulo («Les Victimes»), onde as causas da pobreza aparecem singelamente atribuídas ao «vício» (prostituição, alcoolismo, etc.), à «doença» (sífilis e outras) e à «raça» (sentimento de superioridade dos brancos ou brancas, mesmo que originários da miséria, relativamente aos de pele de cor diferente). Este reparo não afecta, aliás, o interesse que assumem os aspectos analisados, assentes numa base de sugestivos testemunhos.

O A. deixa entrever novo trabalho que abrangerá o período seguinte ao Império: o segundo ciclo do café, a exploração da borracha e a industrialização que surgiu entre as duas grandes guerras mundiais. Será a época da ascensão da cidade de São Paulo (por agora «encore modeste et déjà rémusante», p. 151), que de 15 mil habitantes em 1855 e 23 mil em 1872 passará para 11 milhões em meados do nosso século. Será essa uma boa ocasião de tratar a questão social brasileira à altura da sua gravidade. Sabemos que o A. não é insensível aos problemas humanos e sociais que afectam as comunidades. Lembremo-nos de ele ter sido, em finais de Abril de 1974, um dos primeiros intelectuais franceses a subscrever uma saudação fraternal endereçada aos intelectuais portugueses pela libertação política do nosso país. A objectividade do cientista não é incompatível com esses sentimentos. E quanto à questão social ela é uma das realidades da Época Contemporânea suficientemente gritante para que ao historiador possa passar despercebida.

OSTOS, Pilar e PARDO, Maria Luísa — *Documentos y notários de Sevilla en el siglo XIII*, com prólogo de José Bono Y Huerta, Madrid, Fundación Matritense del Notariado, 1989, 463 p., 24 cm x 17 cm.

O estudo do notariado, na pluralidade dos seus aspectos, constitui um dos temas actuais de investigação, a que a realização do VII Congresso da Comissão Internacional de Diplomática, reunido em Valência, de 10 a 16 de Outubro de 1986, conferiu novo impulso.

Foi na sequência desta magna reunião científica que os Autoras, Professoras de Paleografia e Diplomática na Universidade de Sevilha, se sentiram interpeladas para estudarem os documentos relativos a actos jurídicos celebrados entre particulares, elaborados por notários, escrivães públicos ou tabeliães, em Sevilha, na segunda metade do século XIII, mais concretamente, desde 1253 até ao fim da centúria.

Um estudo desta natureza, para além dos aspectos paleográficos e diplomáticos, que, obviamente, lhe são inerentes, tornou acessíveis fontes indispensáveis para se conhecer a implantação e desenvolvimento da sociedade cristã na Sevilha reconquistada e, sobretudo, a implantação do notariado, tipologia dos documentos saídos das mãos dos escrivães públicos, evolução das diversas cláusulas documentais, duração — pelo menos aproximada — da permanência de cada tabelião na posse e exercício do ofício notarial, respectivos sinais individuais, etc., etc..

Foi nesse intuito que Pilar Ostos e Maria Luisa Pardo iniciaram a recolha documental capaz de responder a estes e a muitos outros objectivos e questões, que ultrapassam, de longe, os acima enumerados, conseguindo reunir numa colecção de 134 documentos, todos em castelhano, na sua grande maioria dos arquivos sevilhanos.

Esta obra é constituída, essencialmente, por duas grandes partes: a colecção diplomática — enriquecida com vinte e oito fac-símiles e preciosos índices toponímico e onomástico — e um longo estudo preliminar, de duas centenas de páginas, em que as Autoras acompanharam minuciosamente os processos de elaboração, expedição e tradição dos documentos, assinalando a evolução verificada em cada uma das cláusulas diplomáticas em análise.

Independentemente do interesse de que esta colecção documental se reveste para a história sevilhana do período subsequente à reconquista — período em grande parte coincidente com o reinado do grande Afonso X, com particular incidência na reconstituição do seu tempo — este estudo constituirá, de futuro, um notável referencial metodológico e um importante instrumento para estudos comparativos. A título de exemplo, observe-se que, no período de 1253-1300, os documentos sevilhanos aparecem todos redigidos em castelhano, desaparecendo os vestígios latinos residuais na década de 1260-1270, quando, em Portugal, apesar de o emprego oficial do português ser determinado por D. Dinis, neto de Afonso X, *o Sábio*, o latim continuaria a ser utilizado, mesmo em documentos particulares, para além de 1320...

Fica, agora, como desafio às *Autoras* ou a outros investigadores a necessidade de se estudar o século XIV e parte do século XV, a fim de estabelecer a ligação com a obra de José Bono y Huerta.

Por tudo isto, bem merecem o aplauso colectivo o Departamento de Paleografia da Universidade de Sevilha, que preparou a edição deste volume, e a Fundación Matritense del Notariado, que assumiu o encargo de custear a sua publicação.

J. Marques

Relaciones sobre el estado de las diócesis valencianas, edición, estúdio diplomático, notas e índices por M.ª Milagros Cárcel Osti. Introducción general por Vicente Cárcel Osti, vols. I, II e III, València, Generalitat Valenciana, 1989, 1.958 p., 24,5 x 18 cm.

Um dos aspectos em que, em Espanha, mais facilmente se notam os efeitos benéficos da criação dos governos autónomos regionais é no domínio da Cultura.

Sem querermos entrar em comparações, aliás, sempre desagradáveis, não podemos deixar de vincar a concretização desta realidade por parte da *Generalitat Valenciana*, através da sua *Conselleria de Cultura, Educació i Ciència*, em obras do maior interesse para o aprofundamento da História do antigo reino de Valência e das suas gentes, quer se trate de roteiros e guias de arquivos, quer de inventários e catálogos de fundos documentais existentes em arquivos provinciais, municipais ou mesmo paroquiais, como demonstra a série de volumes publicados, quer de obras de outra envergadura, como se verifica com a que apresentamos em epígrafe. Isto para nos fixarmos apenas no sector editorial mais directamente relacionado com a História.

Desta vez, o Governo Autónomo de Valência prestou um excelente serviço aos historiadores e à História das dioceses valencianas, publicando na íntegra os relatórios, conforme os casos, escritos em latim ou em castelhano, apresentados quinzenalmente ao Romano Pontífice pelos bispos de Orihuela, Valência e Segorbe, por ocasião das *visitas ad sacra limina*, realizadas pessoalmente ou pelos seus procuradores, desde os finais do século XVI, até 1900.

Não é fácil dar, em poucas linhas, uma síntese da riqueza documental exaurida no Arquivo Secreto do Vaticano e reunida por Maria Milagros Cárcel Osti nos 1958 páginas destes três volumes, dedicados, respectivamente, às dioceses de Orihuela, Valência e Segorbe, incluindo o primeiro destes volumes uma longa introdução geral da autoria de Vicente Cárcel Osti, que abre com um estudo histórico-jurídico sobre as *visitas ad limina Apostolorum*, desde o remoto século IV até à mais recente regulamentação, estabelecida por Paulo VI, em 1976.

Para aquilatarmos da importância desta documentação, convém recordar que, não obstante as sucessivas disposições legais, além da visita e oração junto do túmulo dos Apóstolos e da visita ao Papa, como sucessor de Pedro, como parte integrante da *visita ad limina*, deve ser prestada uma informação objectiva sobre o estado das dioceses dos prelados visitantes. Daí a extrema importância destes relatórios, que, mesmo intencionalmente sucintos, devem fornecer informações exactas e fidedignas sobre o estado das paróquias, cabidos, mosteiros e conventos dependentes da jurisdição episcopal, colegiadas, seminários, situação demográfica, económica e cultural da diocese e do clero, bem como do património rústico e urbano, etc., etc., e também sobre as relações entre o estado e a Igreja, ao nível concreto da diocese, quando tal se mostrar necessário.

Por esta simples enumeração de temas que perpassam ao longo desses relatórios, mais ou menos extensos e pormenorizados, conforme as circunstâncias e a decisão dos prelados por eles responsáveis, fácil se torna observar de quanto interesse eles se revestem, tanto para os demógrafos, como para os historiadores dedicados à História eclesiástica, económica, das instituições, etc., que têm o trabalho de investigação facilitado pelos minuciosos índices toponímico e onomástico, que integra, parcialmente, o de matérias.

Há ainda, uma nota que gostaria de salientar. Refiro-me, concretamente, à colaboração entre a Universidade de Valência e a *Conselleria de Cultura*. Na verdade, se a primeira, neste caso, pela professora de Paleografia e Diplomática, M.ª Milagros Cárcel Osti, assumiu a responsabilidade de preparar a edição desta vastíssima colecção

documental, a Generalitat Valenciana, pela sua Conselleria de Cultura, arcou com incumbência de custear mais esta publicação — como tem acontecido em muitos outros casos — prestando, assim, mais um relevante serviço à Cultura, num âmbito que ultrapassa as fronteiras valencianas.

Resta, apenas, desejar que para as dioceses portuguesas surjam trabalhos de idêntico nível científico e amplitude informativa.

J. Marques

BROWN (A.L.), *The Governance of Late Medieval England 1272-1461*. Stanford California, Stanford University Press, 1989, VII + 248 págs.

«A história política tem má fama entre os historiadores franceses»: com esta frase polémica abria Jacques Julliard o seu artigo «A Política». A 16 anos de distância poderíamos acrescentar que a história política (ainda) tem má fama nos meios dominados pelo paradigma da «Nouvelle Histoire», e por consequência que o livro sobre história do Estado é nesses meios olhado ainda com alguma desconfiança. O livro de A. L. Brown vem proporcionar mais uma ocasião para se pôr em causa tal posicionamento. Nele se traça a evolução política e administrativa dos séculos finais da Idade Média inglesa, tendo o autor escolhido como limites cronológicos o início do reinado de Eduardo I e o final do reinado de Henrique VI. A. L. Brown consegue cativar o leitor, não só pela multiplicidade de exemplos que apresenta como pelo modo como o faz. Conforme ele próprio escreve, o que aqui se conta «it's familiar story» (pág. 60): o «dinning club» londrino dos secretários régios, o triplicado exigido no Exchequer, tudo isto nos é próximo.

Que trajectos pois a inferir do estudo de A. L. Brown? Antes de mais uma maior profissionalização dos agentes da burocracia régia, acompanhada por uma especialização e burocratização dos vários departamentos governamentais; especialização da chancelaria, tomada também um tribunal monopolizado pelos assuntos de direito mercantil; especialização do Exchequer, agora igualmente um tribunal que se liga preferencialmente a casos que envolvem dívidas para com o rei.

Todavia, nem todas as instâncias do poder se foram burocratizando, caso do Parlamento que sofreu uma evolução no sentido inverso. De um Parlamento que reúne anualmente na Páscoa e no dia de S. Miguel, entregue a um trabalho judicial e administrativo, chega-se a um Parlamento que é acima de tudo uma assembleia que legisla e delibera; mudança que se inicia quando em 1280 Eduardo I lhe dá uma nova organização: «...because people coming to the King's Parliament are often delayed and disturbed by the multitude of petitions...» (pág. 164).

Numa época em que a actividade diplomática e a Guerra se não haviam ainda tornado áreas exigindo o labor quotidiano de um corpo permanente de servidores do rei, o exército modifica-se, ao nível da organização e do recrutamento. O monarca, pressionado pela conjuntura, necessita de um maior e mais regular contingente.

A Guerra dos Cem Anos vulgariza o guerreiro assalariado e contratado, contrato que se torna comum na Inglaterra por volta dos anos 70 do século XIV e que converte o «Privy-seal office» num secretariado da Guerra; relações de feudalidade que assim se transformam ao nível da Guerra, mas também a um nível mais global. O monarca oferece aos mais poderosos dos seus súbditos protecção e recompensa; em troca eles prometem obediência. Chama o autor a estas relações «ligações de vantagem mútua».

materializadas pelo contrato escrito, e que são a alternativa de uma feudalidade já gasta: «This bastard feudalism was a new form of a old relationship with a similiar ethos» (pág. 150). É a ideia de um feudalismo bastardo que acaba por ser proveitoso para o monarca, monarca que de Westminster não pode ter um controlo efectivo sobre todo o reino. Ideia que de algum modo se distancia de uma feudalidade feita à custa de apanágios e da qual o rei poucas vantagens tirava.

Em suma, de 1272 a 1461 a governação régia tende a profissionalizar-se em Westminster («Where else!», acrescenta o autor). O próprio modo de governo muda, desde 1300 os grandes officios e tribunais «had gone out of court»; os vários departamentos governamentais já não estão necessariamente junto do rei, na «household»; à volta do rei desenvolve-se uma *sociedade de corte* onde a etiqueta se torna cada vez mais forte, onde se criam relações pessoais. O Parlamento, esse passou de uma pequena reunião regular para uma grande assembleia representativa. O conselho régio, a princípio aberto a um vasto número de grandes senhores, é no século XIV dominado pelo Chanceler, pelo Tesoureiro e pelo «Keeper of the seal», e nele tem assento um número reduzido de conselheiros. Conselho que passa a reunir-se diariamente, mesmo sem o rei, regularidade que no século XV lhe vale o nome de «Continual Council». Mudanças que se ligam a uma transformação da sociedade dos fins da Idade Média, bem como a própria guerra. Uma coisa é pois certa, o século XIV não é, como afirmava Joseph R. Strayer, «uma série de desastres muito pouco propícios à inovação política» (*As Origens Medievais do Estado Moderno*, trad. portug., pág. 64). Valerá a pena comparar o que nos dizem Brown e Strayer, tanto mais que o primeiro afirma que os maiores avanços se deram no século XIV, enquanto que o último vê neste século de guerra mais um abrandamento que um avanço.

Como conclusão poderei acrescentar que o livro de Brown peca talvez pelo excesso de atenção dado ao Parlamento, ao qual o autor dedica três capítulos. Apesar da grande importância do Parlamento Inglês, é o rei que faz política e não raro o utiliza em seu proveito.

1990/03/15

Vasco Machado Vaz

